

PERSPECTIVA DE ANÁLISE PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA LINHA TRABALHO E EDUCAÇÃO

Clefra Vieira Guedelho – Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Este artigo é resultado de um exercício reflexivo de articulação entre o objeto de pesquisa no mestrado com os conteúdos da disciplina Trabalho e Educação I. Tem-se como questão central da discussão a construção de uma perspectiva crítica sobre a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da Educação Profissional, o que exige uma leitura marxista sobre educação. Dessa leitura, destaca-se a compreensão do significado histórico e social do PNAES vinculado à ideologia do capital humano, bem como sua contraposição à perspectiva marxista de educação que se fundamenta na articulação dos conceitos trabalho, educação e práxis.

Palavras-chaves: Trabalho. Educação. Práxis.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de un ejercicio reflexivo de la articulación entre el objeto de investigación en el maestro con la disciplina de contenido Trabajo y Educación I. Ha sido un tema central de discusión la construcción de una perspectiva crítica sobre la aplicación del Programa de Asistencia Estudiantil Nacional (PAEN) bajo la Formación Profesional, que requiere una lectura marxista de la educación. Esta lectura, existe la comprensión de la importancia histórica y social de PAEN vinculados a la ideología del capital humano, así como su oposición a la perspectiva marxista de la educación que se basa en la articulación de los conceptos de trabajo, la educación y la práctica.

Palabras clave: Trabajo. Educación. Praxis.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal objetivo estabelecer um diálogo entre o objeto de pesquisa no Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC e a disciplina Trabalho e Educação I do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição. O objeto de investigação diz respeito ao processo de implementação de um determinado programa social no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a saber, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A partir da delimitação desse objeto, buscaram-se na disciplina Trabalho e Educação I elementos para o aprofundamento teórico concernente à educação profissional, enquanto política pública e campo de disputas políticas e ideológicas que envolvem o acesso dos trabalhadores à educação formal voltada para a inserção no mundo do trabalho. Nesse campo, ainda, se situa a assistência estudantil, ação específica que vislumbra garantir permanência no sistema de ensino e diminuição dos índices de evasão e retenção, tendo como princípio fundamental a equidade social.

Como caminho teórico-metodológico da pesquisa, compreende-se que:

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que fazem de si mesmos ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em bases condições e limites materiais determinados e independentes de sua vontade (MARX; ENGELS, 1998, p. 18).

Assim, as condições reais de existência, ou seja, a realidade social é construída a partir da ação dos indivíduos em dadas condições e não como fruto exclusivo do pensamento. Esta não é uma premissa epistêmica determinista. Apenas representa a relação entre sujeito e realidade, mundo subjetivo e objetivo, condições concretas de vida e pensamento, estrutura e superestrutura, no âmbito da perspectiva marxista. E ainda expressa a relação dialética e complexa de como a realidade social se apresenta para os homens em sua vida cotidiana.

Considerando esse ponto de partida, o diálogo que aqui se propõe inicia-se com uma breve discussão sobre as condições históricas e os aspectos ideológicos que justificam o

desenvolvimento dessa política e programa. Em seguida, contrapõem-se tais ideias com base em contribuições teóricas de autores marxistas ligados à Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED). Depois, busca-se dar um passo à frente de tais contribuições teóricas, de modo a agregar a práxis como categoria analítica para a área de Trabalho e Educação e, por conseguinte, às pesquisas nessa área. Por fim, resgatam-se as principais ideias defendidas durante o texto, de modo a construir um elo com a pesquisa que se propõe realizar, o que constitui as considerações finais desse artigo, embora provisórias e passíveis de reelaborações.

1. O objeto de pesquisa situado histórica e ideologicamente

Regulamentado por meio do Decreto nº. 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está voltado para atender as demandas de estudantes de graduação por condições de permanência nas instituições federais de ensino superior, incluindo as universidades e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Estes últimos seguem as diretrizes da Política de Educação Profissional e consistem em instituições reconhecidamente destinadas à oferta de educação de níveis superior e técnico, conforme Lei nº. 11.892/2008.

As transformações na Política de Educação Profissional desencadeadas desde 2006 até 2010 – no que se refere especialmente à ampliação das instituições federais, a criação dos Institutos Federais e a regulamentação das ações voltadas para a assistência estudantil – correspondem a medidas governamentais que se vinculam a uma proposta de desenvolvimento para o país. Estas ações revelam traços de uma proposta novo desenvolvimentista que surge, na seara da economia ligada ao governo federal, há uma década, especificamente no final do primeiro mandato do presidente Lula. Seus principais formuladores são Bresser-Pereira, Sicsú e Pochmann (CASTELO, 2012a) e a síntese de suas propostas é assegurar o crescimento econômico com distribuição de renda.

A proposta novo desenvolvimentista surge com a intenção de superar o modelo neoliberal adotado pelo Brasil nas décadas de 1980 e 1990, com a evidente omissão do Estado no âmbito dos investimentos públicos sociais e sua intervenção restrita, quanto ao aspecto da

economia, à política monetária que visava o controle inflacionário. O crescimento econômico com distribuição de renda pretendido corresponde a uma perspectiva gestada no seio do capitalismo periférico, no âmbito de uma proposta de retomada da discussão sobre desenvolvimento.

A preocupação com o desenvolvimento origina-se no contexto do capitalismo monopolista que, nos grandes centros, se tornou um estágio mais complexo e avançado do capitalismo mundial no século XX e a reiteração da subordinação econômica dos países periféricos. Nos anos que sucederam a Segunda Guerra Mundial, a relação centro-periferia passou a ser objeto de maior atenção dos recém criados organismos internacionais que, pelo contexto de Guerra Fria, passaram a fomentar um debate sobre o desenvolvimento das nações periféricas, incluindo a América Latina. Nesse ínterim, ganha relevo na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma das comissões regionais das Nações Unidas, o estudo de pesquisadores que se empenharam em construir uma estratégia nacional-desenvolvimentista, uma proposta que previa basicamente a intervenção do Estado como propulsor do desenvolvimento, como grande agente econômico e social nos países latino-americanos, caracterizados como economias periféricas e dependentes do sistema imperialista.

A retomada desse debate na arena pública durante o governo Lula agregou o aspecto da equidade social como parte do projeto de desenvolvimento. Assim, o crescimento econômico almejado para o desenvolvimento capitalista brasileiro deveria estar assentado em novas bases e distanciar-se, em certo ponto, da perspectiva neoliberal, como destaca a autora abaixo.

A busca incansável do crescimento econômico flexiona a lógica de ‘máximo para o econômico e mínimo para o social’, base da ideologia neoliberal, para passar a assentar-se na ideia de um capitalismo humanizado sem, no entanto, romper com o conservadorismo, que é base da formação social, econômica e política brasileira. Trata-se de um novo projeto de capital, que busca equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social (CASTRO, 2013, p. 363).

Portanto, o novo desenvolvimentismo traz de novidade ao contexto orquestrado pela ortodoxia neoliberal, a busca de equilíbrio entre crescimento econômico e social, em certa medida. A medida desse capitalismo humanizado se limita a ações focalizadas que, em sua

essência, estão voltadas à valorização do mercado e à dinamização da economia, com distribuição de renda. Para Mota e Oliveira (2010) o papel do Estado nesta perspectiva é mantido minimamente, em especial voltado ao combate à pobreza e a “promoção da equidade social via igualdade de oportunidades”, e se enfatiza de forma predominante o papel do espaço privado, no sentido de oferecer condições para o bem estar social, inclusive a partir da produção e mercantilização de bens e serviços.

Nessa direção, portanto, o novo desenvolvimentismo de fato não rompe com a lógica neoliberal, posto que o processo de mercantilização das políticas sociais, em destaque para as políticas de saúde, previdência e educação, convive com ações estatais de caráter social e econômico com vistas à inclusão social. Ganha relevo o combate à pobreza a partir de ações voltadas à inserção pelo consumo, isto é, voltadas a ampliar o mercado de consumo de massa, incluindo as camadas mais pobres, bem como a igualdade de oportunidades. Nessa direção, Castelo (2012b, p. 58) aponta que as áreas estratégicas para esses objetivos são principalmente as políticas sociais compensatórias (através dos programas de transferência de renda) e as políticas sociais estruturais (como a democratização do acesso à educação, terra e crédito), respectivamente. Nestas últimas se observa, durante o governo Lula, o investimento em educação a partir de um recorte direcionado à democratização do acesso ao ensino superior e profissionalizante, que coaduna com os objetivos de promoção da equidade social e se fundamentam na “teoria do capital humano”.

Segundo Frigotto (2010), a “Teoria do Capital Humano” é um dos fundamentos das propostas desenvolvimentistas e cumpre o papel de reduzir a educação a um fator de produção que explica o desenvolvimento e a modernização das nações. Para o autor, esta teoria “mostra-se fecunda enquanto uma ideologia, tanto no sentido de falseamento da realidade quanto no de organização de uma consciência alienada” (FRIGOTTO, 2010, p. 46). Por meio dessa ideologia, a relação entre educação e trabalho é falseada ao nível imediato como sendo um processo de causa e efeito em que o investimento dos indivíduos e do Estado em educação leva à capacidade de trabalho, aumento da renda e mobilidade social, como resultado. Portanto, esta seria a chave para a superação do atraso econômico e para o desenvolvimento das nações.

A partir dessa lógica justificam-se as transformações ocorridas na política de educação profissional durante o período de 2006, quando se verifica o projeto de ampliação

das instituições federais de ensino superior, passando pela criação dos Institutos Federais em 2008 e pela regulamentação da assistência estudantil em 2010. Este processo está pautado em uma perspectiva desenvolvimentista, particularizada na visão do capital humano, que possui fundamento ideológico burguês.

Após situarmos o objeto de estudo em um contexto social com forte presença de determinada perspectiva ideológica sobre as políticas educacionais, avançamos em seguida para uma discussão teórica que rompe com tal perspectiva conservadora.

2. Contribuições teóricas da área de pesquisa Trabalho e Educação

É a partir da perspectiva teórica marxista que pedagogos brasileiros construíram um conjunto sólido de análises acerca da educação, relacionada às condições da sociedade capitalista na qual a mesma se insere. Um dos avanços em relação a estas teorias se refere à superação da visão funcionalista de educação e a consideração dos seus fundamentos enquanto inerentes à formação da sociedade capitalista. A partir desse novo paradigma são evidenciadas as várias mediações na relação entre trabalho e educação, do ponto de vista teórico-metodológico, em que se apresentam as contradições de classes.

Um dos principais autores dessa corrente é Saviani que discute sobre a relação entre educação e trabalho do ponto de vista ontológico e histórico. Saviani (2007) parte da premissa de que trabalho e educação possuem vínculo ontológico porque ambos constituem o ser social. O processo histórico, contudo, com o advento da propriedade privada separa esses aspectos da vida humana e os ressignifica a partir da Revolução Industrial, quando na sociedade capitalista a educação passa a ser necessária às relações de produção (SAVIANI, 2007).

Para Saviani (2007, p. 155), o próprio processo de institucionalização da escola tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão social do trabalho desencadeado pela Revolução Industrial. Nessa direção, a educação, no contexto da sociedade capitalista, deve ser pensada como subordinada ao capital, e a escola, como lugar de materialização desta divisão, meio para o acesso ao mundo do trabalho.

A partir dessa contextualização histórica, Saviani (2007) dá ênfase à perspectiva do trabalho como princípio educativo da escola unitária, baseado em Gramsci. Assim, traz à tona o conceito de politecnia.

Especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes (SAVIANI, 2007, p. 161).

Para o autor, a politecnia se diferencia do ensino profissionalizante burguês, entendido como adestrador de habilidades sem o conhecimento dos seus fundamentos e de sua articulação com o processo produtivo. Saviani (2007) pensa politecnia como formação necessária para todos, a partir de uma escola média de formação geral que fomente o conhecimento dos fundamentos do processo produtivo, em uma relação entre teoria e prática.

O trabalho é então pensado como categoria fundante para a educação dos trabalhadores, enquanto ideia central compartilhada por pesquisadores ligados à corrente teórica marxista que se debruçam sobre o tema educação. Estes se vinculam especificamente ao Grupo de Trabalho da ANPED intitulado Trabalho e Educação e tem se tornado uma referência nessa matéria.

Destaca-se que não se pretende aqui discorrer de maneira detalhada acerca das contribuições teóricas desse grupo. O que se busca é evidenciar o avanço dessas contribuições para se pensar a educação enquanto objeto de investigação. Nessa direção, essas mesmas construções teóricas tem ganhado espaço diante da problematização da política pública de educação profissional brasileira, revelando que esta atende a interesses contraditórios que se originam na própria dinâmica de desenvolvimento da sociedade capitalista.

Segundo Arroyo (2012), a relação educação e trabalho assume intencionalidades dicotômicas, ora voltada à instrução e preparação para exercício de um ofício em atendimento às necessidades do mercado, ora voltada para a formação cidadã. Nessa mesma direção, para Kuenzer (2006), ao passo que a intensificação do desenvolvimento tecnológico impulsionou ainda mais o vínculo subordinado da educação profissional a uma concepção de qualificação que atenda aos interesses do setor produtivo, evidencia-se também a necessidade de se atribuir

uma nova concepção de educação para os trabalhadores, que “íntegra educação básica e especializada para atender às demandas da transformação social” (KUENZER, 2006, p. 307).

Em uma perspectiva crítica em relação ao modelo de educação para o trabalho existente no país, Frigotto (2012, p. 20) evidencia que a questão da relação trabalho e educação vem sendo tratada na prática pelo sistema educacional e instituições de formação profissional de forma esvaziada de aprofundamento teórico crítico. Para o autor, tal prática:

Reflete a interiorização das concepções e categorias do humanismo, do positivismo e do funcionalismo. Ou seja, a concepção dominante que informa a prática é a interiorização da concepção burguesa de trabalho, de educação, em suma, de formação ou fabricação do trabalhador (FRIGOTTO 2012, p. 20).

Partindo dessa visão crítica, é possível evidenciar concepções conservadoras presentes na política de educação profissional e, por conseguinte, na assistência estudantil, ou seja, concepções de natureza dominante, que atribuem sentido a uma prática voltada para o conformismo e a manutenção das relações sociais de classes capitalistas.

Após o reconhecimento de que algumas contribuições teóricas da linha Trabalho e Educação possibilitam pensar de forma crítica a educação profissional, o próximo item busca ampliar a visão sobre educação com base ainda na perspectiva marxista.

3. Trabalho, Educação e Práxis

Sem contestar as elaborações teóricas da linha Trabalho e Educação, mas visando ampliar o entendimento sobre o que seria uma visão marxista de educação, busca-se em Justino de Sousa Jr. uma referência importante para essa área de pesquisa. O próprio autor afirma sobre a importância dessa linha de pesquisa na construção de proposições que se contraponem aos interesses de reprodução do sistema capitalista, à medida que buscam alinhar-se a perspectiva do trabalho para além das condições postas pelo sistema.

Sousa Jr. (2009) menciona que as produções teóricas dos pesquisadores da ANPED tem dado destaque central ao princípio educativo do trabalho, a unicidade trabalho e ensino,

teoria e prática, e estes elementos representam apenas um aspecto e, de certo modo, um limite à compreensão da totalidade da proposta educacional marxista, posto que tais preocupações se reduzem às experiências do trabalho abstrato somado a experiências nas instituições formais de educação.

Esta percepção do autor se confirma quando o mesmo se refere à discussão proposta por Saviani (2007) sobre o conceito de politecnia. Sousa Jr. (2009) destaca que o próprio Saviani explicita que a incorporação do termo politecnia não expressa sua concepção global de educação, mas serve apenas para se referir ao problema da relação entre instrução e trabalho produtivo como diretriz para a organização da educação de nível médio.

Para Sousa Jr. (2009) a perspectiva marxiana de educação ultrapassa os momentos do trabalho abstrato, mas encontra neste o seu ponto de partida enquanto crítica à educação burguesa. O autor trata de distinguir na obra de Marx o significado de polivalência da proposta de politecnia do capitalismo (treinamento para atender as demandas da produção de mercadorias) e o significado de polivalência da proposta de politecnia marxista (articulação entre teoria e prática, formação integral na perspectiva de emancipação social e, principalmente, um componente de uma perspectiva mais ampla de educação). Para Sousa Jr. (2009), a perspectiva marxiana de educação é mais ampla que o conceito de politecnia, pois seu alcance ultrapassa os momentos formais do trabalho abstrato e das instituições de educação e se relaciona a uma práxis transformadora cotidiana.

Assim, o autor aponta a necessidade de se incluir a categoria práxis, em sua relação com o trabalho e a educação. Para ele, “o trabalho, nessas condições históricas não pode ser o momento exclusivo da formação dos trabalhadores, (...) que se quer seria central nesse processo” (SOUSA JR. 2010, p. 67). Portanto, a práxis é uma categoria analítica fundamental na perspectiva marxista de educação, pois é a “categoria que melhor define o principal propósito marxiano e marxista: a emancipação social, a superação da ordem do capital” (SOUSA JR, 2010, p, 69).

Quanto à relação entre práxis e trabalho, existe entre eles uma natureza ontológica. Segundo Netto e Braz (2007, p. 43), “a práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas”. Portanto, o trabalho é uma parte e a práxis, um todo. Enquanto o trabalho é o elemento ontológico constitutivo do ser social, ou seja, práxis produtiva e geradora da existência, a categoria práxis

revela toda forma de ação humana, tanto em relação à natureza, como nas relações entre os homens. Nessa mesma direção, afirmam Netto e Braz (2007, p. 43): “o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho”. Portanto, se a práxis ultrapassa o sentido do trabalho, embora este possua prioridade ontológica, ela é fundante para o processo de formação humana.

Sousa Jr. (2015, p. 81) adverte sobre o uso vulgar da categoria práxis para designar uma prática superior e mais conscientemente elaborada, como sendo, portanto, articulação entre teoria e prática. Este consiste em uma compreensão infundada, do ponto de vista marxista, pois toda prática, envolve uma teleologia, embora não se tenha clareza sobre sua fundamentação teórica. Por outro lado, Kosik (1976, p. 222) afirma que “a práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como *elaboração* da realidade”.

Assim, enquanto elaboração da realidade, momento existencial humano, a práxis é reconhecida como categoria complexa e central para a apreensão da perspectiva marxista de educação. Nesse sentido, Sousa Jr. pensa a relação entre práxis e educação como processo abrangente, que envolve outros espaços sociais para além da educação formal, ou seja, da escola. Para ele, “a educação formal é uma estrutura que, ainda que contraditória, em última instância, pertence ao metabolismo social do capital e contribui para com os processos de interiorização dominante” (SOUSA JR, 2010, p, 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é o objeto de estudo no mestrado. A assistência estudantil é aqui compreendida enquanto ação de natureza estatal, com vistas à prestação de serviços de corte social no âmbito da educação pública. Trata-se, portanto, de uma ação instituída no campo da educação, regulamentada em cenário de ênfase nas políticas públicas, econômicas e sociais, demarcadas por uma conjuntura política brasileira de ensaio novo desenvolvimentista. Assim, segue o princípio da “promoção da equidade social via

igualdade de oportunidades”, a partir do investimento público em capital humano com vistas à inserção qualificada de mão-de-obra no mundo do trabalho. Fundamentada nesta perspectiva, tal ação ganha destaque nesse contexto, pois atende às demandas pela democratização do acesso e condições de permanência das camadas populares no sistema educacional público.

O aprofundamento teórico realizado no processo da pesquisa, para o qual corroboraram os conteúdos da disciplina Trabalho e Educação, possibilitou uma visão crítica acerca do objeto, baseada na perspectiva marxista. Nesse sentido, pode-se inferir que a inclusão social prevista pelo PNAES segue uma lógica mercadológica, ou seja, seus objetivos se restringem à qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho. Assim, a natureza ideológica do Programa é aqui contraposta a uma perspectiva educacional mais ampla, de base marxista, voltada para a formação humana necessária ao processo de emancipação social, no qual estão implicados os conceitos marxistas de trabalho, educação e práxis.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. In.: GOMES, Carlos Minayo. [et al.]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30.12.2008.

BRASIL. Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20.7.2010.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do Bem-Estar. In. MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias. **Revista de Políticas Públicas**. v. 17, n. 2, São Luís: UFMA, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In.: GOMES, Carlos Minayo. [et al.]. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**. v. 24, n. 1. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em outubro de 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Ana Cristina de O.; MOTTA, Vânia C. Novo-desenvolvimentismo, capital social e desigualdade social. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea. v. 8, n. 26, Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34. Rio de Janeiro: ANPED, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em outubro de 2011.

SOUSA Jr, Justino de. Educação, trabalho e práxis: uma contribuição ao debate brasileiro sobre a politecnia. In: MENEZES NETO, A. J.; CUNHA, D. M. et. al. (Orgs.) **Trabalho, política e formação humana**: Interlocuções com Marx e Gramsci. São Paulo: Xamã, 2009.

_____. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida: Idéias e Letras, 2010.

_____. O Princípio educativo da práxis: atualizando o debate teórico da relação trabalho e educação. In: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. (orgs.). **Realidades da Educação Profissional no Brasil**. Campinas: Alínea, 2015.